

ATA Nº 06/2025 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PREVIJUNO DO DIA 22/10/2025

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h07, reuniu-se, de forma híbrida (presencial e por videoconferência), o Conselho Deliberativo do PREVIJUNO, em sessão ordinária previamente convocada. Participaram presencialmente o Conselheiro e Presidente **Sr. Vandir Menezes Lima**, os conselheiros **José Erivaldo Oliveira dos Santos**, **Francisco Fraudie Barbosa de Medeiros** e **Ana Cláudia Fulgêncio de Lima**, além do Secretário do Conselho, **Francisco Felipe Santos Ribeiro**. Participaram remotamente o conselheiro **Edivan Alexandre Ferreira** e a conselheira **Hellen Karine Soares Lira**. Compareceram, na qualidade de convidados(as), o **Sr. Jesus Rogério de Holanda**, Presidente do PREVIJUNO e Gestor de Recursos do Comitê de Investimentos e a Coordenadora do Comitê de Investimentos, a **Sra. Evaniê Corrêa de Caldas** para prestar informações técnicas a respeito dos movimentos realizados na carteira e dos motivos que levaram à necessidade de alteração da Política de Investimentos do Exercício de 2025. Aberta a sessão pelo Presidente, procedeu-se à leitura e confirmação da pauta: **(1)** abertura e leitura da pauta; **(2)** apresentação e explanação de informações acerca dos motivos que ensejaram a alteração da Política de Investimentos – Exercício 2025, seguida de deliberação; e **(3)** sugestões de pauta para a próxima reunião e encerramento. Verificado o quórum, passou-se ao item **(2)**, oportunidade em que o Sr. Jesus Rogério de Holanda e a Sra. Evaniê Corrêa de Caldas apresentaram relato técnico sobre a evolução recente da carteira, destacando que as realocações de recursos foram motivadas por desempenho persistente aquém do benchmark e indicadores de risco desfavoráveis em uma das posições então existentes, e pelo entendimento de que havia alternativa, dentro do mesmo conglomerado financeiro, com melhor relação risco-retorno e aderente aos limites normativos vigentes. Explicou-se, de forma expressa, que não se tratou de mudança de instituição financeira, mas de realocação interna, com a migração da carteira “Safrá Executivo” para o fundo “Safrá Extra

Bancos”, referenciado ao CDI, cujo histórico recente demonstrava índice de Sharpe positivo e performance superior à referência, ao passo que a carteira anterior vinha abaixo do referencial e com índice de Sharpe negativo. Mencionou-se, ainda, que a alocação foi iniciada em patamar próximo a 1,43% do patrimônio, com objetivo de ajuste gradual até 2%, observados os limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e nos normativos internos, e que a decisão fora respaldada por estudo do Comitê de Investimentos, realizado em junho de 2025, considerando, entre outros, necessidades de liquidez para cobertura de obrigações previdenciárias e gestão do risco de concentração. Instaurada a fase de debates, os conselheiros registraram preocupação com a comunicação prévia ao colegiado, ressaltando a corresponsabilidade do Conselho Deliberativo nas matérias de investimentos e a necessidade de que quaisquer movimentos relevantes de alocação sejam submetidos com antecedência, acompanhados de estudos completos (desempenho vs. benchmark, métricas de risco, impacto em liquidez, aderência à Política e à regulamentação). Foi pontuado, também, que, no caso concreto, os esclarecimentos prestados pelo convidado e pela área de investimentos foram considerados suficientes por parte dos membros e insuficientes por outra parte, ficando consignada a orientação do colegiado de reforço dos fluxos de comunicação e de disponibilização tempestiva dos documentos de suporte. Questionada a natureza da operação, esclareceu-se – a pedido da conselheira Hellen Karine Soares Lira – que a alteração consistiu em troca de carteira no mesmo banco, e não em movimentação para outra instituição financeira. Encerradas as manifestações, passou-se à deliberação quanto à alteração da Política de Investimentos – Exercício de 2025. Submetida a matéria a voto, registraram-se três votos favoráveis e três votos contrários. À vista do empate, o Presidente exerceu o voto de qualidade, resultando na **APROVAÇÃO** da alteração da Política de Investimentos – Exercício de 2025. Por proposta do próprio colegiado, consignou-se a ressalva de que a aprovação considerou as circunstâncias fáticas já consolidadas – notadamente a realocação de valores já efetivada e a avaliação de que a reversão imediata poderia acarretar prejuízo ao Fundo – e que ficam reforçadas

as seguintes determinações para os próximos atos: **(a)** comunicação prévia e circunstanciada ao Conselho antes de quaisquer alterações relevantes na alocação; **(b)** disponibilização, com a convocação, dos estudos técnicos completos que embasam as propostas (comparativos de rentabilidade, risco, liquidez, aderência normativa e impactos esperados); e **(c)** atualização do acompanhamento mensal da carteira a ser remetida ao Conselho com destaque para movimentos extraordinários. Na sequência, sob **“Assuntos Gerais”**, foi dado conhecimento de memorando do Conselho Fiscal (Memorando nº 20/2025) dirigido ao Diretor de Administração e Finanças, com cópia ao Conselho Deliberativo, solicitando providências para adequação da cobrança da contribuição previdenciária ordinária de inativos e pensionistas, em conformidade com a Lei Complementar nº 139, de 11 de dezembro de 2024. Após breve debate, o Conselho deliberou encaminhar **REQUERIMENTO** ao Conselho Fiscal, solicitando a apresentação de relatório com a quantificação dos valores que deixaram de ser recolhidos desde a vigência da referida Lei, a fim de subsidiar as medidas cabíveis pela Diretoria Executiva e pelo próprio colegiado. A deliberação foi aprovada por unanimidade dos presentes, ficando o Secretário encarregado de lavrar e expedir a comunicação pertinente. Como sugestão de pauta para a próxima reunião, o colegiado propôs a realização de reunião técnica com a assessoria/área de investimentos, para apresentação do cenário macroeconômico, avaliação de riscos e estudos de aderência, com vistas a subsidiar a elaboração e a futura deliberação da Política de Investimentos do Exercício de 2026, devendo o material de suporte ser disponibilizado previamente aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos, determinando o registro, publicação e arquivamento desta ata. Eu, Francisco Felipe Santos Ribeiro, Secretário do Conselho Deliberativo, lavrei a presente, que, lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes e demais participantes.

Juazeiro do Norte – CE, 29 de outubro de 2025.

VANDIR MENEZES LIMA

Presidente do CONDEL

Representante do Poder Legislativo

JOSÉ ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Membro Titular do CONDEL

Representante do Poder Legislativo

JESUS ROGÉRIO DE HOLANDA

Gestor de Recursos do Comitê de Investimentos

Presidente do PREVIJUNO

EVANIÊ CORRÊA DE CALDAS

Coordenadora do Comitê de Investimentos

FRANCISCO FELIPE SANTOS RIBEIRO

Secretário do Conselho Deliberativo
Gerente de Arquivo e Digitalização

HELLEN KARINE SOARES LIRA

Membro Titular do CONDEL
Representante do Poder Executivo

EDIVAN ALEXANDRE FERREIRA

Membro Titular do CONDEL
Representante do Poder Executivo

ANA CLÁUDIA FULGÊNCIO DE LIMA

Membro Titular do CONDEL
Representante dos Segurados

FRANCISCO FRAUDIE BARBOSA DE MEDEIROS

Membro Titular do CONDEL
Representante dos Segurados